

Suíço e alemão comandam biopirataria no PA

Óbidos e Santarém alimentam comércio ilegal para Europa, EUA e países asiáticos

CARLOS MENDES

BELÉM - Um relatório confidencial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em poder da Polícia Federal e de agentes da Interpol no Brasil indica que o suíço Hans V. Rechsteiner e o alemão conhecido por doutor D. Bretz seriam os líderes da biopirataria no País. Eles comandariam cinco rotas de tráfico de insetos e plantas desde São Paulo até o Acre, com ramificações no México, Quênia, Sri Lanka, Tailândia, Indonésia, Colômbia, Guiana Francesa, Peru, Bolívia e Costa Rica, além dos Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Bélgica e França.

Os animais e plantas são enviados para colecionadores particulares, mas a orientação dos compradores estrangeiros aos traficantes brasileiros é para as cargas despachadas em portos e aeroportos terem sempre uma espécie de selo, declarando tratar-se de "insetos secos para estudos científicos". O preço de cada inseto varia de acordo com a raridade e espécie.

Segundo o Ibama, o preço médio de um besouro é US\$ 1,5 mil (cerca de R\$ 3 mil) no oeste do Pará. Algumas espécies de borboletas podem valer até US\$ 10 mil (cerca de R\$ 20 mil). Os traficantes pagam às crianças, adolescentes e aposentados de Óbidos e Santarém entre R\$ 2 e R\$ 5 reais por espécies raras capturadas. Um negócio muito mais lucrativo e menos arriscado, pelo menos para os biopiratas, do que o tráfico de cocaína.

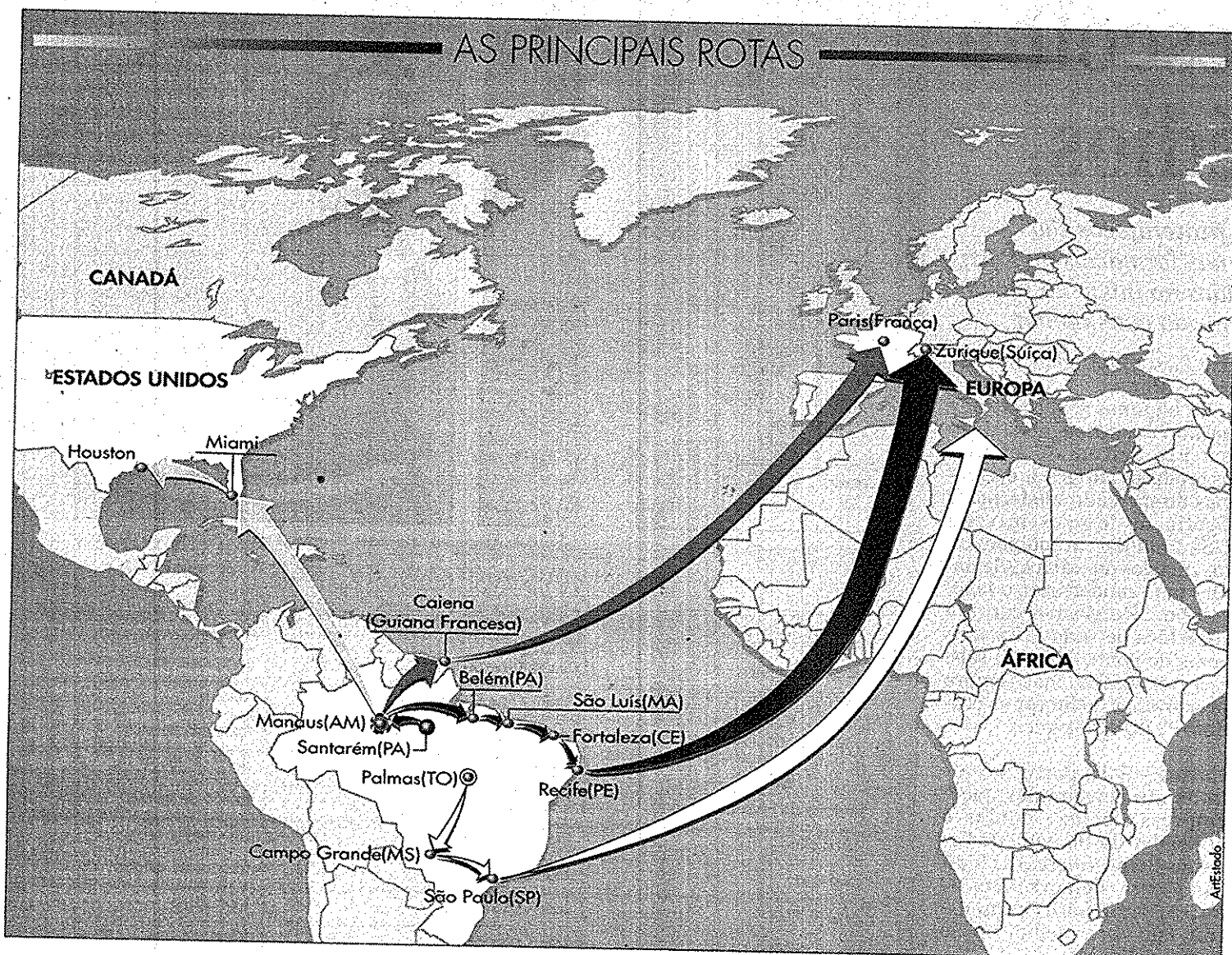
As cidades de Óbidos e Santarém, no oeste do Pará, são hoje o principal centro do contrabando de insetos e plantas da Amazônia para a Inglaterra, Suíça, França, Estados Unidos e países asiáticos - a atividade já levou à

**BORBOLETAS
PODEM VALER
ATÉ
US\$ 10 MIL**

extinção milhares de espécies, segundo especialistas do Ibama. Em Óbidos, José Rocha dos Santos e Josenias Lima Queiroz, dois dos principais traficantes, foram identificados esta semana pelo Ministério Público por explorar crianças e desempregados, pagando quantias irrisórias por espécie capturada nas florestas da região. Em Santarém, quem comanda as remessas ilegais é Keila Marinho, detida dia 6, no aeroporto do Recife, com 90 aranhas caranguejeiras.

Keila, de acordo com levantamentos preliminares da Polícia Federal em Santarém e Recife (PE), seria pessoa de confiança, no Brasil, dos dois líderes da biopirataria no Brasil. Ambos estariam utilizando o rótulo de pesquisadores científicos para atuar com maior mobilidade dentro do País.

José Santos, por exemplo, adotou um método aparentemente simples, rápido e seguro para enviar suas criminosas encomendas para fora do Brasil: a agência dos Correios do bairro do Telégrafo, em Belém, onde borboletas azuis e besouros de carapaça grande, entre outras espécies, chegam em caixas de



isopor despachadas de avião no aeroporto de Santarém, também pelo correio local. Quando o tráfico foi descoberto pelos despachantes dos Correios em Belém, ano passado, Santos teve apreendida uma caixa com 6 quilos de insetos e mais de 3 mil borboletas. Antes, ele havia tentado despachar para a Inglaterra 4.729 espécies de insetos, em 1996. Em outubro do ano passado, o traficante quase embarca, para a Malásia, 381 borboletas-macho de quatro espécies do gênero *morpho*. O cliente era um homem já identificado pela Polícia Federal como Wong Tet Fat, que seria um próspero comerciante da capital Kuala Lumpur.

A biopirataria é crime federal, mas por um equívoco do Ibama e do Ministério Público Estadual, o processo contra Santos acabou indo parar nas mãos da juíza da 1.ª Vara do Tribunal de Justiça do Pará em Óbidos, Ana Lúcia Bentes Lins. Ela estava de férias e deveria ter voltado ao trabalho sexta-feira, mas acumulou mais 15 dias de licença, permanecendo em Belém, onde não foi localizada.

Em setembro do ano passado, o procurador da República em Santarém Felício Pontes Júnior denunciou à Justiça Federal Josenias Lima Queiroz. Ele foi apontado por Gilberto Coelho Moreira, preso em flagrante por agentes da Polícia Federal quando coletava borboletas nas matas da região, como um dos líderes da biopirataria em Óbidos.

Na casa de Queiroz foram encontradas cinco caixas de borboletas, besouros de vários tipos, libélulas e cigarras, além de correspondências de vários países. Queiroz confessou que vinha praticando biopirataria há vários anos. Somente este ano a Receita Federal montou um posto em Óbidos.

Brecha na lei compromete fiscalização

Peixes ornamentais são exportados em grandes remessas para os Estados Unidos e Europa

BELÉM - A Lei de Crimes Ambientais fechou a porta para a biopirataria de insetos e plantas, mas deixou aberta uma janela para a saída legal do Brasil de peixes ornamentais, exportados em grandes remessas para os Estados Unidos e Europa. Foi graças a isso que fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e agentes da Polícia Federal em Santarém deixaram de apreender, anteontem, um caminhão com 700 peixes ornamentais capturados em Alter-do-Chão, balneário a 35 km da cidade, frequentado por milionários

norte-americanos e europeus.

Os peixes pertencem à empresa pernambucana D'Água Aquarius Tropical Fish Export Ltda., do Recife, que apresentou notas fiscais e licenciamento do Ibama para o transporte da carga. "A lei ambiental deveria considerar esses peixes como animais silvestres", disse a chefe do Ibama em Santarém, Selma Melgaço.

O tráfico de animais silvestres, segundo o Ibama, já produziu o desaparecimento de quase 12 milhões de espécimes. Em cada dez animais traficados, apenas um chegaria ao seu destino final. Nove acabam morrendo durante a captura ou no momento do transporte.

Os animais peçonhentos levados do Brasil para o exterior estariam movimentando, hoje, cerca de US\$ 600 milhões no mercado de hipertensivos. (C.M.)

Contrabando é preocupação no Inpa

Cientistas biopiratas têm incumbência de descobrir espécies e vendê-las a grandes laboratórios

KÁTIA BRASIL
Especial para o Estado

MANAU - O contrabando de materiais biológicos é uma das maiores preocupações dos cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), com sede em Manaus. Eles atuam numa região de grande interesse para laboratórios internacionais. Por isso, estão preocupados com os cientistas biopiratas - aqueles que estão em instituições reconhecidas internacionalmente para descobrir novas espécies e vendê-las a grandes empresas.

A direção do Inpa informa que, até hoje, só um caso de biopirataria foi descoberto no instituto, o do suposto pesquisador Milan Hrabrovsky. Mas a PF apura atualmente mais dois casos. Hrabrovsky é um tcheco naturalizado americano que, por cerca de cinco anos (1984 a 89), participou como estagiário do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), um convênio de mais de 20 anos entre o Inpa e a instituição americana Smithsonian. "Hrabrovsky é um caçador de besouros, um explora-

dor, que até descobriu uma espécie quando foi do projeto. Hoje, acho que ele deveria ser preso e impedido de entrar no Brasil", diz o coordenador do PDBFF, Heraldo Vasconcellos.

Investigação - As palavras de Vasconcellos têm respaldo da Polícia Federal. Hrabrovsky é apontado como um dos principais biopiratas que atuam no Brasil, aliciando ribeirinhos para coletar matéria-prima da rica biodiversidade da Amazônia. É também um exemplo de como as instituições brasileiras podem ser envolvidas no comércio ilegal da biotecnologia.

Cientistas dizem que o controle de remessas de materiais biológicos do Inpa para o exterior é frágil. Em 1997, o Conselho de Pesquisa em Botânica (CPBO) do instituto deu parecer desfavorável ao envio de folhas secas de Angelim para a Universidade de Harvard. Eram 160 gramas de folhas secas que seriam utilizadas na tese de doutorado de Christopher Dick - membro do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF). Em 1995, o pesquisador já havia solicitado 3 mil

sementes da árvore, cuja madeira tem alto valor econômico.

Mesmo com o parecer desfavorável, o material foi remetido, segundo o coordenador do PDBFF, pesquisador Heraldo Vasconcellos, com autorização do Inpa e do Ibama. Vasconcellos garantiu que o conselho deu outro parecer favorável à remessa, mas não localizou o documento. "Se tivéssemos em mãos esse parecer não teríamos autorizado a remessa", disse o superintendente do Ibama no Amazonas, Hamilton Casara, ao Estado.

A gota d'água para as suspeitas das remessas realizadas pelos pesquisadores do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF) foi a tese de mestrado do analista de ciências Willian Nazaré Guimarães Gama. Ele apontou 576 remessas de material coletado pelos pesquisadores do PDBFF, como insetos, sementes, anfíbios etc., que saíram com autorização do Inpa entre 1980 a 1993. "Noventa por cento desse material saiu de graça, foi um biopresente. No convênio feito pelo Inpa não há uma cláusula que registre o destino desse material", atestou Gama.

**SITUAÇÃO
PREOCUPA
CIENTISTAS
BRASILEIROS**

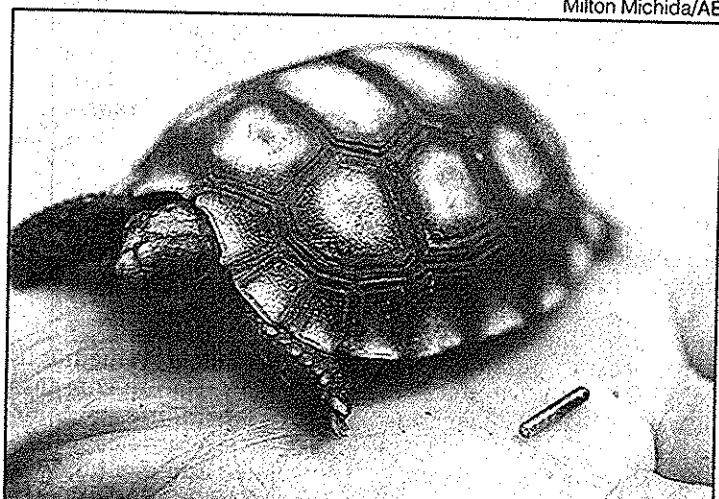
Jabutis criados em cativeiro serão vendidos em SP

Autorizado pelo Ibama, comércio exige que animal tenha microchip embutido

LUIZ ROBERTO
DE SOUZA QUEIROZ

Os primeiros 50 jabutis criados em cativeiro com autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) começam a ser vendidos esta semana em São Paulo, cada um com um microchip eletrônico embutido sob a pele, na coxa esquerda traseira. Basta aproximar um sensor do jabuti, para que apareça no visor um número de 12 dígitos, por meio do qual o Ibama identifica o nome do criadouro, que fica na Bahia, a data de nascimento do animal, o número de registro e a loja que fez a venda.

"Daqui para a frente será muito mais fácil identificar os animais vendidos pelos traficantes e coibir o tráfico predatório de animais capturados na natureza", explica o biólogo Marcus Buononato, cuja loja, Bioterium, recebeu a primeira remessa de animais criados legalmente e já tem reservas para



O microchip é implantado com seringa nos pequenos animais

a maioria dos jabutis, pois as recentes apreensões de aranhas, cobras e iguanas contrabandeadas levaram os aficionados a preferir animais legalizados.

Grão de arroz - Embora os jabutis tenham 10 meses e menos de 8 centímetros, o microchip é tão pequeno que não incomoda o animal, a não ser quando é implantado com uma seringa hipodérmica. Cada chip tem o formato de um grão de arroz, mas é um pouco menor, e foi importado da empresa americana Avid, que fornece com a peça os adesivos com código de barras e a numeração do chip. Uma via é afixada na nota fiscal e outra fica com o Ibama, para facilitar a fiscalização.

Os microchips começaram a

ser usados no Brasil no ano passado, para identificar iguanas importadas legalmente por comerciantes de animais.

Depois do teste com as iguanas, o Ibama adotou o procedimento para os jabutis e os próximos animais a ganharem chips serão as tartaruguinhas verdes, conhecidas como tigras-d'água, que a partir da criação em cativeiro, poderão ser comercializadas.

A autorização para a criação de animais silvestres em cativeiro só está sendo concedida há poucos anos no Brasil, mas há tanta gente interessada, que a lista do Ibama tem 207 criadouros comerciais registrados, autorizados a criar mais de 40 espécies, entre aves, mamíferos e répteis.